

LAURA ROSA GOMES

**A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL  
ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO  
DAS NOTÍCIAS DA SECRETARIA DE  
POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA  
IGUALDADE RACIAL**

Viçosa- MG

CursodeComunicaçãoSocial/JornalismodaUFV

2014

LAURA ROSA GOMES

**A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL  
ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO  
DAS NOTÍCIAS DA SECRETARIA DE  
POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA  
IGUALDADE RACIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier

Viçosa- MG

CursodeComunicaçãoSocial/JornalismodaUFV

2014



Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Artes e Humanidades  
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

Monografia intitulada *A questão racial no Brasil através da análise de conteúdo das notícias da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*, de autoria da estudante Laura Rosa Gomes, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariana Ramalho  
Procópio Xavier  
Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

---

Prof. Dr. Ricardo  
Duarte Gomes da Silva  
Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

---

Jornalista Mônica Aparecida  
Soares Bento  
Assessoria de Imprensa Agros UFV

## **RESUMO**

A realidade social do Brasil se mostra tão diversa quanto diversas são as populações que para aqui migraram. Desta forma, existem lutas e manifestações que marcaram e modificaram a história, em relação à inclusão, por exemplo. O povo negro ao longo de sua história vem conquistando algumas maneiras de se afirmar nas relações raciais que se dão nos espaços de maneira geral, de forma a serem respeitados e que alguns desfavorecimentos sejam postos em pauta na atualidade, para que se discutam medidas de compensação. Desde 2003 a Secretaria de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial representa um órgão do governo brasileiro direcionado a dar legitimidade à busca pelo fim do racismo e ainda articular as políticas públicas em relação ao negro. Sendo assim, busca-se analisar as notícias do site institucional da Secretaria para que se compreenda de que maneira este trabalho está sendo feito e divulgado.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Notícias, Negro

## **ABSTRACT**

Brazil's social reality are as diverse as are the various populations that migrated here. Thus there are fights and events that have marked and changed their story, about the racial inclusion, for example. Black people throughout its history has gained some ways to say in race relations that occur in the spaces in general, in order to be respected and that some disadvantage is to be put on the agenda today, that they discuss compensation measures. Since 2003 the Secretariat for Policies to Promote Racial Equality Promotion is a Brazilian government agency directed to give legitimacy to the search for an end to racism and even articulate public policies in relation to black. Therefore, we seek to analyze the Secretariat 's institutional site news in order to understand how this work is being done and published.

## **KEY-WORDS**

Secretariat for Policies to Promote Racial Equality, News, Black People

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO 1. RAÇA, CULTURA, IDENTIDADE: CONCEITOS BÁSICOS PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO DO NEGRO NO BRASIL.....</b>	<b>03</b>
1.1. Raça.....	03
1.2 Identidade.....	04
1.3 Cultura.....	06
1.4 Negro e cultura negra.....	08
1.5 A evolução do pensamento sobre a mestiçagem no Brasil.....	10
<b>CAPÍTULO 2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL .....</b>	<b>14</b>
2.1 Antecedentes.....	14
2.2. Lula: passos largos em favor das políticas afirmativas.....	18
2.2.1 A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a institucionalização das políticas afirmativas.....	19
<b>CAPÍTULO3. A SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUAS “NOTÍCIAS E IMAGENS”.....</b>	<b>23</b>
3.1 Procedimentos metodológicos.....	24
3.2 Pré-análise.....	25
3.3 Análise e Categorização.....	28
3.3.1 Editais e Inscrições.....	29
3.3.2 Eventos relacionados à causa racial.....	30
3.3.3. Falecimento de pessoas relacionadas ao Movimento Negro.....	31
3.3.4 Resultados, decisões, dados de eventos e trabalhos.....	32
3.3.5 SEPPPIR como desencadeadora de uma ação.....	33

3.3.6	Quantificação, Quadros e Informações Finais.....	32
3.3.7	Informações adicionais .....	35
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>5.</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>40</b>
<b>5.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

Diversas são as maneiras de conduzir uma conversa, anunciar um produto na mídia, argumentar quanto a uma determinada causa ou ainda induzir a determinados pensamentos. Partindo deste princípio, a compreensão e identificação de elementos contidos na linguagem para que se possa fazer um traçado dos contextos em que essas situações acontecem se faz interessante e necessária.

Partindo deste princípio, entender a razão de ser de determinados órgãos e acontecimentos que possam modificar nosso cotidiano através do próprio discurso das instituições envolvidas podem modificar nossos pontos de vista e ajudar a compreender a sociedade em que vivemos. No Brasil a questão racial divide opiniões quanto às novas medidas e políticas de afirmações relacionadas a este tema. Sendo assim, a partir da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 21 de maio de 2003, passa-se a adotar um discurso oficial que sustente as mudanças a serem adotadas pela Secretaria. Não se fala em ineditismo, mas sim em legitimação das idéias a partir desta data, visto que as reivindicações da população negra (ênfase do órgão) quanto à igualdade não são recentes.

O fato histórico que determina as desigualdades sociais entre negros e brancos vistas ainda nos dias de hoje foi a escravidão, onde os negros da África – sob a ótica de inferioridade por sua cor e traços diferentes do dominador – eram trazidos para o Brasil para realizar as tarefas pesadas do campo e das casas-grandes. O tráfico negreiro, segundo Munanga e Gomes (2010) caracterizou umas das maiores tragédias vividas pela humanidade, devido à sua duração e amplitude. As manifestações de resistência deste povo explorado sempre estiveram presentes, através dos quilombos, revoltas como a dos Malês na Bahia, dos Alfaiates (Bahia), a Cabanagem (Pará), a Sabinada (Bahia), a Balaiada (Maranhão), a revolta da Chibata (Rio de Janeiro), até resultar nas lutas contemporâneas, de maneira mais organizada, como o surgimento da Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Todos estes esforços colaboraram no entendimento de “raça” como um fato político nos dias de hoje, carente de atenção no que diz respeito à realidade social.

A Secretaria representa, portanto, um órgão do governo que procura na atualidade promover políticas que amenizem, de alguma forma, as diferenças que encontramos no âmbito social e racial. Uma vez entendida a Secretaria e a legitimidade de sua existência, é importante situar objetivamente o trabalho em questão, que visa fazer uma análise de

conteúdo quanto às notícias publicadas no site da SEPPIR, para que se compreenda o trabalho da instituição e de que maneira são noticiadas suas ações e assuntos relacionados à causa racial. O interesse inicial do trabalho esteve na curiosidade sobre de que maneira a Secretaria tratava um assunto ainda sob debate público, afinal iniciativas como cotas universitárias e agora cotas quanto ao funcionalismo público interferem diretamente na vida de todos os brasileiros interessados nestes processos seletivos. Sendo assim, o estudo procurou perceber o que é notícia para a SEPPIR, evidenciando as temáticas por ela trabalhadas.

Não haveriam maneiras de analisar o site sem o entendimento de alguns termos que estão muito próximos ao assunto racial, como “cultura”, “raça”, “identidades” e este é o objetivo do capítulo 1. O segundo capítulo tem por função contextualizar politicamente a situação da população negra no Brasil a partir da Constituição 1988 e dos acontecimentos que foram importantes para a criação da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial. O terceiro capítulo trata-se de análise de conteúdo propriamente dita do site disponível na seção “Notícias e Imagens”, a partir de um recorte determinado pela autora.

Busca-se com este trabalho maior percepção intelectual sobre a questão racial no Brasil, assunto de grande repercussão na opinião pública e que por muitas vezes deixou lacunas e dúvidas em minha formação enquanto pessoa e cidadã.



# **1. RAÇA, CULTURA, IDENTIDADE: CONCEITOS BÁSICOS PARA O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO DO NEGRO NO BRASIL**

## **1.1. Raça**

De maneira geral, o termo “raça” já foi, ao longo da história, associado à herança genética, descendência e também à ideia de pertencimento territorial e nacional. Feldman-Bianco e Capinha (2000) sustentam esta linha de pensamento a partir da aproximação dos conceitos “raça” e “nação”, segundo eles, utilizados como sinônimos no final do século XIX, transformando-se e fundindo-se. Mais adiante, podemos falar em cultura nacional segundo Hall, (2004, p. 51) como um discurso, um modo de construir sentidos : “[...] As culturas nacionais como produtoras de sentido sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar”, construindo identidades.

É importante salientar, segundo Fonseca (2010), o abandono de teorias já utilizadas sobre raça, como o eugenismo, por exemplo – forma extrema de ideologia que deu origem a fenômenos como o Holocausto, alegando a superioridade e pureza de uma raça em detrimento das demais. Tais linhas de pensamento foram sendo substituídas por definições culturais e sociais, nas quais, segundo Hall, atualmente, entende-se a raça muito mais atrelada ao aspecto cultural, desempenhando “um papel importante nos discursos sobre nação e identidade nacional” (HALL 2004, p 63).

Guimarães (2006) propõe também uma rediscussão do termo “raça” no nosso vocabulário, valendo-se das observações de Paul Gilroy (1998), que desvincula a carga biológica do termo, negando a existência de um mundo físico onde pudesse haver tal classificação. A utilização do termo neste sentido, segundo a interpretação de Guimarães à Gilroy, seria um “discurso científico errôneo”(GUIMARÃES 2006, p.49). Em última análise, “raça” seria uma retificação de uma “categoria política abusiva”(GUIMARÃES 2006, p.49).

Ainda segundo o autor, a reelaboração sociológica do contexto de raça, onde, primeiramente, deve-se compreender o peso que tem “a idéia de raça na sociedade brasileira, para que se legitimem as desigualdades de tratamento e de oportunidades”(GUIMARÃES 2006, p.49). Em segundo lugar, “reafirmar o caráter fictício que as de tal construção em termos físicos e biológicos”(GUIMARÃES 2006, p.49). E, por fim, “identificar o conteúdo racial das “classes sociais” brasileiras” (GUIMARÃES 2006, p.49). Desta forma, existe uma tensão entre cientificismo e movimento negro:

Definindo “negros” como a soma das categorias censitárias “preto” e “pardo”, o movimento incorreu em duas heresias científicas: primeiro, adotou como critério de identidade, não a auto-identificação, como quer a moderna antropologia, mas a ascendência biológica; segundo, ignorou o fato de que, em grande parte do Brasil, a população que se autodefine “parda” pode ter origem indígena e não africana. A pretensão de identificar alguém como “negro” pela sua ascendência, ignorando o modo como as pessoas se classificam ou traçam suas origens, deu margem também a outras críticas: a de que o movimento negro tenta impor categorias raciais americanas ao Brasil, e a de que professa a crença em raças biológicas (racialismo). (GUIMARÃES, 2006, p.57)

Neste contexto, é importante compreender que a citada questão envolve uma situação em que, segundo o autor, depende de diálogos e alianças entre as duas instituições (entendendo aqui movimento negro e meio científico como tal), onde terrenos ideológicos possam legitimar-se através do jurídico-político, por exemplo, resultando em decisões e situações de maneira casada entre movimento negro e instituições políticas, científicas e jurídicas, para que de fato, sejam apoiadas e assistidas, umas pela outras.

Outra questão importante está na questão do discurso racial, diverso cultural e geograficamente: as definições quanto à cor podem dizer muito sobre ideologias das relações raciais ou ainda sobre a ausência delas.

Em 1976, o IBGE fez sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) utilizando uma questão “aberta” para o indicador de cor e o resultado foi que os brasileiros se auto-atribuíram 135 cores diferentes dentre as quais “branca-morena”, “branca-suja”, “baiana”, “melada”, “morena-bem-chegada”, “roxa”, “lilás”, “quase-negra”, “puxa-pra-branca” e até “verde”, sendo bastante expressivas da forma de tangenciar a referência/aparência racial (substantivamente “branca” e adjetivamente “morena” ou “suja”). (SALES JUNIOR, 2009, p.93)

A situação, segundo Sales Junior (2009) pode ser entendida a partir do ponto em que raça não corresponda apenas à cor, mas sim aos traços, feições, textura dos cabelos e desenhos dos lábios. O fato é que o discurso utilizado, ou ainda o jogo de linguagens faz com que as pessoas se classifiquem com um ou outro termo. A importância está no entendimento da amplitude do conceito raça. Esta questão interfere na formação da identidade das pessoas e comunidades, na formação de uma consciência e discursos que não pretendam mascarar com um nome o pertencimento à raça.

## 1.2 Identidade

De forma sintética, Castells (1999) define identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS 1999, p.22), situação na qual uma pessoa pode desenvolver, separadamente, diversos papéis: professor, pai, militante, por exemplo. Sendo assim, “identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”(CASTELLS 1999, p.22). Castells discorre ainda sobre a formação da identidade no indivíduo, atribuindo destaque às maneiras como se dão este processo, com que finalidade e por quem, por exemplo. Tem-se a ciência de que o fenômeno da identidade acontece a partir de dados históricos, científicos, biológicos, etc, que serão interpretados pelos indivíduos, aliados a seus conhecimentos e que reorganizam seus significados a partir das “tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como sua visão de tempo e espaço”.(CASTELLS 1999, p. 23)

O autor avança na questão e afirma que “a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder” (CASTELLS, 1999, p.24). Desta forma, é proposta por ele uma distinção entre três formas geradoras dentro deste processo de construção: a *Identidade legitimadora* é criada por instituições dominantes, no intuito de aumentar suas dominações, seria a geradora da sociedade civil; a *Identidade de resistência* representa os ocupantes das margens da dominação, na qual os atores possuem discursos de resistência, podendo ser contrários aos das instituições dominantes; a *Identidade de projeto* fica por conta de abrigar atores sociais que se utilizam dos materiais culturais que tiverem acesso para disseminar redefinições em relação a concepções já estabelecidas, a fim de modificá-las, resultando em nova identidade e nova estrutura social.

Entre as dadas situações, é importante salientar alguns aspectos, como a clara possibilidade de uma identidade de resistência se tornar de projetos, ou ainda legitimadora, para que se racionalize a dominação, como nos garante Castells. Outro ponto seria o fato das identidades não constituírem uma essência, e nenhuma delas encerrar “*per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico” (CASTELLS, 1999, p. 24). Valem ser destacados os elementos positivos em relação a cada identidade incorporada pelas pessoas. A identidade de resistência se encaixa aqui como merecedora de atenção devido à criação de *comunas*, entendidas por Castells, uma das situações mais importantes dos processos de construção de nossas identidades: representam a origem da resistência a situações de opressões que, do contrário, não seriam suportáveis, de maneira que estas aparentam certa clareza, segundo Castells,

através de ciências como a história, geografia ou biologia. Em outras palavras, a imposição de uma ideologia pode refletir numa situação que resulte em hábitos característicos da uma dada população, dando origem a heranças culturais – como a alienação, o extremismo, o racismo, etc - que podem ou não ser questionadas pelas *comunidades*.

Conclui-se, portanto, caráter ilusório verificado no processo da construção das identidades, uma vez sendo “algo que se constrói, que inventa-se por meio de jogos existenciais e narrativos de uma comunidade, transmissíveis pelos usos capaz de configurar uma ética” (SODRÉ, 1999, p.53). Identidade e cultura são fenômenos muito próximos e que compartilham, muitas vezes, de terrenos semelhantes, uma vez que a primeira pode ser reconhecidas através da segunda.

### **1.3 Cultura**

O termo “cultura”, segundo Bauman (2007) surgiu já no fim do século XVIII e não foi cunhado especificamente para definir as regras de conduta já estabelecidas, este uso se deu cerca de um século depois. Sua origem se observa no ambiente de lavouras, próxima a termos como “cultivo” e “criação”, mais tarde associada ao processo de administração, “aplicada metaforicamente aos seres humanos era a visão do mundo social pelos olhos dos “agricultores de pessoas”: os administradores” (BAUMAN 2007, p. 71).

A ideia de gerência também é abordada no seu conceito atual, onde reconhece-se uma relação social “desigual ou assimétrica – a divisão entre atores e os receptores,” ou objetos da ação, entre os gerentes e os gerenciados, os instruídos e os ignorantes” BAUMAN (2007,p.71). Uma vez verificada essa desproporcionalidade, se observarmos através dos olhos do gerenciado, injustiça e ilegitimidade são os termos utilizados pelo autor envolvidos nessa situação, expressando indesejada repressão do geral em favorecimento do particular, resultando num fenômeno de “oposição ao gerenciamento” BAUMAN (2007,p.71), termo que Bauman pega emprestado de Oscar Wilde. Sobre essa discrepância, Muniz Sodré afirma o medo como motivador na relação entre dominador e dominado. Segundo o autor , “o que o mesmo (o idêntico a si próprio) realmente teme é um outro (o diferente) simétrico, um duplo da identidade do mesmo, a fim de não ter de dividir o espaço (o campo) de onde ele fala como sujeito” (SODRÉ, 1983, p, 29-30)

A cultura nos dias de hoje, pode ser entendida como síntese de elementos que são capturados como práticas que de fato acontecem socialmente, associados à idéia de manutenção e cultivo, no que diz respeito às heranças deixadas pelas antigas práticas e presentes nas atuais. A atualidade é um ponto chave na questão cultural.

A cultura mira, por assim dizer, o “pensamento” de tudo aquilo que atualmente passa por “realidade”. Não se preocupa com o que por acaso tenha sido posto na agenda do dia e definido como o imperativo do momento. Pelo menos se esforça por transcender o impacto limitador da “atualidade” assim definida, e luta para se livrar de suas demandas. (BAUMAN, 2007, p. 76)

Ainda sobre a desproporcionalidade, Fonseca (2010) – e inúmeros autores da área - criticam a representatividade do negro em narrativas como novelas, peças teatrais e principalmente como protagonista em ambos. Segundo ela, a preocupação nestes meios está em “tornar presente um tempo futuro de brasileira harmonia racial e social e que não cessa de esconjurar a realidade dos conflitos de classe, do racismo e da exclusão racial dos negros” (FONSECA 2010, p. 78). Uma vez sendo o Brasil um país com demandas de identificação variadas, a realidade vista nos meios comunicacionais não reflete essa diversidade da maneira em que ela se verifica no dia-a-dia.

Sobre o manifesto negro no âmbito cultural e midiático, é importante falar do Teatro Experimental do Negro (TEN) do Rio de Janeiro, que se torna a principal organização negra do país, abrindo o campo “das artes cênicas brasileiras aos atores negros”(op. cit.), de 1944 a 1961. Seus principais nomes, Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos “radicalizaram a crítica ao imperialismo cultural europeu e norte-americano, pregando uma ciência social que se engajasse num projeto de construção nacional”(op. cit.), sendo que “negro era o povo brasileiro”(op. cit.). Nota-se, portanto, nacionalismo e o chamado “orgulho negro” no discurso deste grupo, seguido da repressão dos tempos ditatoriais que começam a se fechar a partir da década de 60. Verificava-se, no TEN, resistência – termo já falado em identidades -, segundo o autor, ao “exotismo como transformação do negro em objeto” (GUIMARÃES 2006, p.93). Guerreiro Ramos reagia negativamente a antropólogos em relação ao cultivo da “herança cultural africana presente no Brasil” (op. cit.), já que se buscava a construção de uma identidade brasileira, neste sentido. Verifica-se certa resistência ao pensamento nordestino de “negação aos negros” (GUIMARÃES 2006, p.94), embora o posicionamento anti-racialista (contra idéias como a eugenia e demais teorias) de Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Jorge Amado e Rachel de Queiroz, segundo o autor contasse “com a simpatia do movimento negro”(op. cit.).

### 1.3 Negro e cultura negra

Os negros brasileiros são descendentes de africanos trazidos para cá pelo tráfico negreiro. Estes descendentes são frutos de processos miscigenatórios, inicialmente, entre negros e brancos, negros e índios, ou ainda de etnias diferentes de negros africanos. Desta forma, o auto-reconhecimento de uma pessoa como negra depende de aspectos culturais e mais ainda, identitários que a ela foram transmitidos. Neste último âmbito, raça é uma das questões centrais.

A questão sobre raça deve ser aqui estendida, para que se compreenda a utilização do termo “raça negra”. De forma resumida, segundo Guimarães (2012), o termo raça entra em submersão entre o fim do século XVII e início do XVIII, devido aos eventos históricos que trouxeram perseguições a determinadas raças, como *apartheid* e o Holocausto. Isso não quer dizer que ele tenha sumido, mas o termo utilizado foi o de “democracia racial”, para definir a homogeneidade no país. Além disso, o termo “cor” substituiu o termo raça, este último utilizado de maneira a englobar características como cabelo, nariz, lábios e traços culturais. Segundo o autor, o termo “etnia”, antes empregado para definir a diversidade cultural humana passou a ser utilizado também como sinônimo de raça.

Sendo assim, raça volta a ser utilizado na atualidade justamente para delimitar uma população que se sentia excluída devido às suas características, através de manifestações e organizações. O ressurgimento do termo vem através do contexto de afirmação e reivindicação em torno de reconhecimento, espaço e visibilidade na sociedade, fenômeno fruto das antigas lutas oprimidas. O que antes tinha caráter pejorativo e excludente, hoje é visto pela sociologia contemporânea para “expressar algo que, não existindo de fato, no mundo físico, tem realidade social efetiva”. (GUIMARÃES, 2012, p. 2012)

Segundo definição do dicionário Michaelis<sup>1</sup>, negro tem o seguinte significado, em relação ao ser humano: “sm. 1 indivíduo da raça negra. 2 Escravo. 3 Homem que trabalha muito.” Tais fatores remetem respectivamente ao trabalho e à escravidão, fatores históricos que deram origem ao termo que hoje se utiliza para caracterizar esta parcela da população descendente de africanos. O negro agrega características através de traços físicos que se diferenciam dos do colonizador europeu, uns dos critérios para justificar o

---

<sup>1</sup>Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index> Acesso em 07/11/2014.

processo escravizatório, como cor da pele escura, cabelos crespos e nariz largo. A visão de raça contemporânea visa orgulho às características físicas e aos elementos culturais de origem africana, que merecem reconhecimento e destaque na formação da cultura e na população brasileira, como um todo.

Como forma de resistência, Darcy Ribeiro (2006) destaca a diversidade linguístico-cultural quanto à escravidão no Brasil, vivida pelos africanos negros trazidos ao país. Segundo ele, a língua e seus variados dialetos africanos dificultavam a comunicação dos negros entre si e ainda quanto aos negros e colonizadores, justamente por esta diversidade no continente africano e ainda pela língua portuguesa aqui falada, diferente ainda dos dialetos da África. A religião, hoje marca unificadora da consciência negra também os desunia, devido à imposição do catolicismo e às diversas vertentes que ela tinha entre os africanos trazidos. Os nagôs, últimos negros trazidos ao Brasil apresentavam comportamento mais civilizado na visão dos colonizadores e ainda apresentavam organizações espaciais mais urbanas na sua região de origem, tornando-se mais interessantes, neste aspecto. Em contrapartida, o aspecto religioso era mais forte nessa população e, com isso, conseguiram reimplantar os terreiros, contribuição cultural muito forte deixada aqui.

O terreiro implica, ao mesmo tempo, (a) um continuum cultural, isto é, a persistência de uma forma de relacionamento com o real, mas resposta na História e, portanto, com elementos reformulados e transformados em relação ao ser posto pela ordem mítica original, e (b) um impulso de resistência à ideologia dominante, na medida em que a ordem originária aqui reposta comporta um projeto de ordem humana, alternativo à lógica vigente de poder. Ainda que essa alternativa não mais assuma expressões guerreiras, a resistência é um efeito de heterogeneidade cultural num mesmo território político. As práticas do terreiro rompem limites espaciais, para ocupar imprevistos na trama das relações sociais na vida brasileira. (SODRÉ, 1983, p. 91)

Desta forma, podemos destacar a imposição como um fator influenciador na cultura africana, e ainda a resistência, pela maneira como ela conseguiu se manter, misturando-se muitas vezes às práticas brasileiras e adaptando-se à realidade. Essa cultura afro, tornar-se-á afro-brasileira, através de um processo de mistura, tanto no âmbito cultural quanto no âmbito físico, resultando num termo muito conhecido no Brasil: a miscigenação.

## 1.5 A evolução do pensamento sobre a mestiçagem no Brasil

O mestiço sempre foi alvo de observações (positivas ou negativas). Atualmente, o mestiço é classificado como pardo, mas a auto-declaração como negro em questionários como o censo, por exemplo, é bastante usual, como maneira de expressão política ou ideológica, tratando como unidade o fator da negritude, historicamente dividido, principalmente quanto à cor da pele.

Ao longo da colonização brasileira, ficou famosa a frase do Padre Viana Antonil (1649-1716), que, observando as relações entre senhores e escravos no século XVIII, declarou “O Brasil é o inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatas” (DAMATTA, 1986, p.37), traduzindo a situação na qual o mestiço não exerceria funções pesadas de trabalho, por exemplo, devido à situação de alforria que lhe poderia ser proporcionada, devido ao parentesco com alguém de posses. Segundo Munanga (2004, p.53), “a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência européia ocidental, tida como desenvolvida”, este momento elaboração de pensamentos e teorias teve no país alguns nomes que merecem destaque, nos quais o objetivo era construir uma só nação a partir da pluralidade de raças aqui existente, compreendê-las e interpretá-las. É importante ressaltar que, grande parte dos autores e pensadores da época, acreditava na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, além de apresentarem argumentos às vezes contraditórios e incompletos. Nos dias de hoje o que se tenta assistir através de dispositivos como as políticas afirmativas é justamente essa inferioridade imposta pelo colonizador ao longo da história brasileira, causando consequência imensuráveis em relação à condição social do negro (englobando o mestiço).

Segundo Munanga (2004), o pensador Sílvio Romero (1851-1914) acreditava no nascimento de um povo tipicamente brasileiro, através do cruzamento entre as três raças (branca, negra e índia), processo que estava ainda em curso, e por isso transitório. No fim deste, o resultado obtido seria a predominância da raça branca e o desaparecimento das demais. Ao longo do tempo, Romero mudava de opinião quanto ao tempo de duração desta etapa. Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) discordava dele no que diz respeito à miscigenação: segundo ele, não seria possível desenvolver uma civilização a partir das três raças devido ao fato dos negros e índios serem classificados como “espécies incapazes”, alegando ainda baixo desenvolvimento psíquico como característica entre eles; além disso, alegava o atavismo – termo que enxergava a miscigenação entre raças superiores e inferiores um fenômeno onde os aspectos positivos desapareciam no indivíduo que nascia, dando lugar apenas aos negativos, da raça dita inferior.



Devido a essa inferioridade, Nina Rodrigues acreditava que até mesmo as leis tinham que ser diferentes para as diversas raças, uma vez que, nas palavras de Munanga, eles “não têm a mesma consciência do direito e do dever que a raça branca civilizada”(MUNANGA 2004, p. 58), como resposta ao problema de unicidade da identidade nacional, Nina Rodrigues sugeria a institucionalização e a legislação das diferenças por ele afirmadas. Uma classificação foi elaborada, - de maneira a não definir como e quem poderia determinar estas situações - dividindo os mestiços em três categorias: mestiço tipo superior (responsável), degenerado (parcial e totalmente irresponsável) e instável (igual ao negro e ao índio, possuidor apenas responsabilidade atenuada). Fonseca (2010) afirma ainda que essa “era a face pessimista do racismo brasileiro, que diagnosticava no cruzamento a falência nacional e primazia dos médicos sobre os demais profissionais” (FONSECA 2010, p. 28).

Em 1902, Euclides da Cunha (1866-1909) em *Os sertões* falava na “existência de um tipo étnico caracteristicamente brasileiro, que resultaria da convergência dos cruzamentos sucessivos dos três grupos raciais originais” (MUNANGA, 2004, p.62). A identidade nacional, para Euclides, é vista como um ponto de carência no Brasil daquela época, por ser “etnologicamente indefinido por falta de tradições nacionais fortes”(MUNANGA 2004, p.63). A obra em questão, presa às idéias racistas da época, considerava, em suma, os sertanejos superiores aos mulatos em seus comportamentos, e a raça sertaneja – cruzamento do branco com o índio – que, posteriormente desenvolver-se-ia mentalmente, - seria capaz de constituir a raça brasileira. A miscigenação para ele era, portanto, um sério problema que acontecia no Brasil (a solução estaria na citada miscigenação). Aqui, o mestiço é visto como um desequilibrado, segundo Munanga, no qual faltava-lhe energia física dos ascendentes selvagens e a atitude intelectual dos ancestrais anteriores .

Até então, os citados autores se baseavam na concepção de raças superiores e inferiores. Alberto Torres (1865-1917) em *O problema nacional brasileiro* (1912) rompe com esta linha de raciocínio quando afirma a necessidade da construção da nacionalidade, compreendendo como problema a herança das concepções européias. A “alienação da realidade nacional”,(MUNANGA 2004, p. 67), fenômeno que, segundo Munanga (2004) na interpretação de Torres, se deu “a partir da exploração do país por estrangeiros, cuja rapidez levava ao esgotamento dos recursos naturais a uma taxa alarmante [...] em favor dos imigrantes estrangeiros que recebiam privilégios especiais” (*opcit*). Manuel Bonfim também foi notável figura neste contexto. Sua crítica se direciona ao abandono de escravos libertos na abolição, criticava a herança das teorias européias e indicava a melhoria do ensino e a diversificação da economia como solução. Roquete Pinto (1927)

foi um seguidor das idéias de Torres e Bonfim, no tocante à defesa da raça na problemática da unidade nacional, compreendendo ainda que a educação poderia transformar a situação de desigualdade brasileira.

A década de 1930 trouxe mudanças políticas, e, conseqüentemente, ideológicas: os antigos modos de pensar já não sustentavam os novos tempos e um grande marco na questão racial foi *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. Aqui finalmente propõe-se a associação do conceito de raça ao conceito de cultura, verificando-se o distanciamento biológico. Freyre (1933) afirmava a escassez de mulheres brancas, justificando a miscigenação dos homens brancos com mulheres índias ou negras, no cenário nordestino latifundiário dos engenhos de açúcar.

Munanga afirma que “a grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo” (MUNANGA 2004, p. 88) . Com isso, a obra colaborou no traçado de uma identidade que há muito se procurava estabelecer. Parte daí também uma colaboração à construção do mito da democracia racial.

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos sociais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que tenham contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (MUNANGA, 2004, p.89)

Freyre (1933) trouxe a idéia de diversidade, que mais tarde evoluiu para outras correntes de pensamento. O destaque que se quer atribuir aqui é o fato da convivência entre brancos, negros e índios proporcionava influências e trocas culturais, que poderiam ser entendidos como formadores de uma identidade nacional. Embora fosse inovadora, esta visão não solucionava a situação de abandono em que se encontravam os negros, que, neste período, começam a ganhar maior organização e reconhecimento, conforme já visto. A grandiosidade da obra é também inegável pela retratação do cotidiano de um Brasil rural, poucas vezes narrado, onde prevalece a cultura patriarcal do senhor da Casa Grande às culturas da Senzala, numa mistura que seria genuinamente brasileira.

Décadas mais tarde, em 1995, Darcy Ribeiro desconstrói o mito da democracia racial, colaborado por Freyre na década de 30. Segundo o autor na obra *O Povo Brasileiro*, “as teorizações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotentes para nos fazer inteligíveis”, (RIBEIRO, 2006, p. 13). A obra encarrega-se de encontrar teorias onde o Brasil possa se enxergar, dando enfoque ao seu processo civilizatório. *O povo brasileiro* se encarrega, portanto, de dar visibilidade a uma população que aqui foi despejada através dos processos migratórios e que agora constitui a população brasileira, carente de atenção no âmbito social, em relação às barreiras impostas entre as diversas classes, em diversos espaços da vida cotidiana, como as escolas, por exemplo, mostrando a precocidade dessa separação. A situação racial brasileira mostra como excluídos negros, índios e mestiços e classe dominante branca como favorecida nas diversas situações sociais, mostrando pontos que ajudam a rebater a democracia racial.

O capítulo a seguir tem por objetivo apresentar um panorama da política brasileira, principalmente depois da Constituição de 1988, de fatos que culminaram na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e seus posteriores desdobramentos. Tais capítulos servirão de subsídios teóricos de contextualização para nossas análises.

## **2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

### **2.1 Antecedentes**

Para que haja maior entendimento a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, é preciso compreender o processo de criação do órgão, bem como alguns eventos a ele relacionados. A organização do povo negro trata-se de um fator determinante para as conquistas, que pouco a pouco (ainda em processo contínuo) foram alcançadas.

O já citado Teatro Experimental do Negro (TEN)<sup>2</sup> a partir de 1945 começa a ganhar peso político e promove a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, tendo em 45 sua primeira reunião em São Paulo e a segunda em 46 no Rio de Janeiro. Com resultado, organizou-se, segundo Sales Júnior (2009) um Manifesto à Nação Brasileira, contendo seis reivindicações sobre a situação da população negra no Brasil naquele contexto, entre elas, estava a admissão de negros nas escolas secundárias e superior, que deveria ser efetivada através de uma lei anti-discriminatória que deveria ser formulada. Tal lei foi aprovada em 1951 no Congresso e recebeu o nome de “Lei Afonso Arinos”.

O avanço das Ciências Sociais do Brasil nos anos 50 contou com “uma oportunidade ímpar” para seu desenvolvimento através do que ficou conhecido como Projeto Unesco. Segundo Sales Júnior (2009) este se deu através de um patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para pesquisas referentes às relações raciais no país. Este momento caracteriza a tentativa de cientistas brasileiros e estrangeiros de “tornar inteligível o cenário social brasileiro, uma sociedade internacional, criada após o Holocausto” (SALES JÚNIOR 2009, p. 63). Entenda-se aqui a influência do TEN e suas pesquisas quanto às diferenças regionais e relações raciais para a abrangência do projeto em questão, que inicialmente priorizaria o estado da Bahia, proporcionando visibilidade ao Rio de Janeiro e à São Paulo, mais tarde anexados. Importante se faz lembrar que em maio de 1950, pouco mais de um ano antes do projeto, a ONU havia divulgado a 1ª Declaração sobre Raça, estabelecendo internacionalmente uma quebra com as teorias deterministas faladas anteriormente.

---

<sup>2</sup> Citado no capítulo 1.2 Cultura

Inicia-se a década de 60 e com ela, o evento da ditadura militar de 1964 foi marcado pela repressão de movimentos populares e, fatalmente, o assunto racial, que começava a ganhar visibilidade. Em 68 o Centro Acadêmico do curso de Direito da Universidade de São Paulo convida Abdias do Nascimento para palestrar e ocorrem dificuldades quanto ao espaço de realização do evento, que teve que ser realizado no pátio de instituição. Sales Júnior (2009,) afirma que, com o passar do tempo, as faculdades de Direito e Medicina tiraram de suas agendas assuntos referentes às relações raciais transformando-o em tabu, “na mesma intensidade em que se apresentaram como as maiores representantes do racismo científico do final do século XIX e início do XX”(SALES JÚNIOR, 2009, p.70). Através do AI-5, Abdias teve que abandonar o Brasil e “a questão racial vira assunto de segurança nacional, sendo proibida sua discussão” (*op cit.*).

A partir dos anos 1970, segundo Munanga e Gomes (2004) os movimentos sociais “ergueram novamente as vozes” (MUNANGA, GOMES 2004, p. 128) , resistindo, organizando-se e alguns ainda surgindo e tomando força, neste contexto. Sales Júnior (2009) aborda ainda a oposição ao regime militar, que encontrava a luta anti-racista no grupo de pessoas que futuramente dariam origem ao Movimento Negro Único e o Grupo de Negros do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). As mulheres negras começam a constituir-se como uma vertente do movimento, não se desvinculando, portanto, da causa negra. No âmbito trabalhista, os negros começaram, ainda segundo os autores, a denunciar a diferença entre negros e brancos, no que diz respeito não só às desigualdades raciais, mas também sociais. Em 1978, um evento marcante ocorreu em São Paulo, onde, reunidos na escadaria do Teatro Municipal, vários grupos negros “protestaram contra a morte sob torturas do trabalhador negro Robson Silveira da Luz e a discriminação sofrida por quatro atletas juvenis negros, expulsos do Clube de regatas do Tietê” (MUNANGA, GOMES, 2004, p. 129). Durante este evento ocorreu a união de várias organizações negras, dando origem ao Movimento Negro Unificado, o MNU, que poderia contar com sedes em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo e outros estados. Já nos anos 80 a discussão racial começa a ganhar novamente a esfera pública, através da efetivação da liberdade partidária, dando abertura para as pessoas se juntarem ao partido que lhes representasse se alguma maneira. Grande parte dos negros, segundo Sales Júnior (2009) organizou-se no interior de partidos novos como o Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Trabalhista, por exemplo.

A década de 80 foi marcada pela luta das comunidades negras rurais ou remanescentes dos quilombos em busca de suas terras, identidades e seus direitos humanos, segundo Sales Júnior. Em 13 de maio 1986 o então presidente José Sarney

assumia o compromisso de criar a uma fundação que ficara a cargo de tratar da questão racial no país, que se tornaria a Fundação Cultural Palmares - responsável por produzir material referente à diáspora negra - órgão pertencente ao Ministério da Cultura. A Constituição de 1988 traz nos seus autos indicativos de que reconhecia desigualdades sociais e relacionadas à discriminação, entre outras, racial. Tal inclusão na carta magna brasileira faz com garanta-se “o bem de todos”, sem preconceito de origem, raça, sexo [...]” segundo as palavras do documento.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(BRASIL, 1988, Constituição Federal)<sup>3</sup>

Com isso, e no mesmo ano, houve a aprovação de dispositivos vindos de parlamentares negros da Constituinte: Benedita da Silva, Carlos Alberto de Oliveira Caó e Paulo Paim, “anunciando a natureza pluricultural e multiétnica do país”, “estabelecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível” e “determinando a demarcação de terras dos remanescentes de quilombos” (SALES JÚNIOR 2009, p. 75), conforme afirma Sales Júnior (2009), através de suas respectivas constitucionalizações. Ao logo dos anos 1990 o então presidente Fernando Henrique Cardoso, empossado em 1º de janeiro de 1995, “[...] pela primeira vez na história republicana brasileira, reconhece publicamente, na qualidade de governante, e não de sociólogo, a existência de racismo no Brasil.” (GRIN 2010, p.109). O governo de FHC inicia em âmbito federal, portanto, algumas medidas que darão maior legitimidade à luta negra e a argumentações já existentes: no mesmo ano fez o encaminhamento do décimo relatório relativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965, que admitia, “com base em dados estatísticos, a situação menos favorável da população negra na sociedade brasileira” (GRIN, 2010, p. 111). O relatório deu origem no ano seguinte à criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização Negra (GTI), duas Secretarias de Estado, oito Ministérios e por oito representantes do Movimento Negro e subdividido em 16 áreas (como Informação, Quesito cor, Trabalho e Emprego, por exemplo) para eliminação da discriminação racial.

---

3 Trecho da Constituição de 1988, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acessado em 07/10/2014

O Censo de 1991 – que comprovava as referidas reivindicações durante a ditadura dos grupos negros - serviu de base para toda a década de 90, e foi um diagnóstico numérico sobre a então situação racial no Brasil. As diferenças entre brancos e negros em quesitos como trabalhador com carteira assinada e pessoas que recebem menos de um salário mínimo, por exemplo, eram bastante significativas. A título de exemplo pode ser citado o analfabetismo, onde segundo Grin (2010) a “proporção de analfabetos na faixa etária entre 15 e 19 anos ainda era de 4,9% para os brancos e 14.4% para pretos e pardos; dos que completaram o primeiro grau, 34,8% eram de brancos enquanto apenas 15.4% eram de pretos e pardos” (GRIN 2010, p.109). Mais não bastam apenas números, a cultura racista ultrapassa tabelas e gráficos.

Todavia, como Hasenbalg salienta, “pela sua própria natureza, esses dados são inadequados para estudar tanto a forma como as pessoas vivenciam o racismo e as relações raciais na vida cotidiana, quanto a operação de práticas racistas dentro de determinados contextos institucionais e organizacionais” (HASENBALG apud GRIN 2012, p.121)

Este argumento retorna às idéias do capítulo anterior sobre a associação dos termos raça e cultura, ainda influenciadas, por exemplo, pelo determinismo biológico. A importância de eventos onde ocorra a discussão do tema, neste sentido, deve ser citada, proporcionando mudanças políticas dentro da causa racial. Sob debate intelectual, dois serão os eventos marcantes dentro do avanço e estabelecimento das políticas afirmativas no Brasil. O primeiro, realizado em Brasília em 1996 foi o “Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos, que introduziu no Brasil, segundo Grin (2010), “um modelo de engenharia social – as chamadas políticas de ação afirmativa (*affirmative actions policies*)”. (GRIN 2010, p.149)

Santos (2005, p. 145) cita uma definição sobre o conceito de ações afirmativas (AA, de forma abreviada e *affirmative action* em inglês) segundo a *American Psychological Association* (1996:2), onde “referem-se a esforços orientados e voluntários empreendidos pelo governo federal, estados, poderes locais [...] para combater discriminações e promover oportunidades iguais na educação e no mercado de trabalho para todos” (SANTOS 2005, p. 145). Utilizando-se de mais uma citação, desta vez de Kravitz (1997, vii), explicita quais são as metas das ações afirmativas : “eliminar discriminações contra mulheres e minorias étnicas combatendo os efeitos de discriminação passadas com vistas à (re) estabelecer o equilíbrio social” (*op. cit.*). As ações afirmativas, portanto, estariam situadas dentro das políticas de ações afirmativas,

caracterizando iniciativas ou medidas dentro dessas.

De 1996 a 1999, os feitos voltados à causa racial durante o governo FHC giraram em torno de coleta de dados, iniciativas na educação e terras quilombolas, além da criação de instituições relacionadas à população afrodescendente, entre elas, segundo Grin 2010, a inclusão do quesito “cor” nos instrumentos de apuração e de identificação de dados e pesquisas patrocinadas pelo poder Público, a valorização da etnia nos ensinamentos escolares, estudos sobre a composição étnica do Brasil, apoio financeiro aos cursinhos supletivos do Movimento Negro. Com a lei estadual 3.524/00 do Rio de Janeiro, passa-se a reservar 50% das vagas nas universidades do estado para estudantes de escola pública. Em 2001, com a lei 3.708/01 é instituída a reserva para negros ou pardos, no mesmo estado.

Já a III Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância foi realizada em 2001 foi o evento que marcou o final da atuação de Fernando Henrique Cardoso dentro da causa racial como presidente, deixando ainda lacunas e desejos do Movimento Negro não realizados, mas se tratava de relativo avanço, devido ao negligenciamento do assunto nos governos anteriores. Durban deixou como legado a reafirmação da importância das ações afirmativas na busca pela compensação dos menos favorecidos ao longo da história: “Tratava-se então de um movimento que se contrapõe à tendência anterior, que limitava, quase impossibilitava, a adoção do fundamento compensatório para a implementação das ações afirmativas” (SANTOS, 2005, p.85). Ainda segundo Grin (2010), o fim do governo FHC se dá “revigorando a possibilidade de promulgação da Lei do Estatuto da Igualdade Racial, que tramitava como Projeto de Lei desde 2000 no Congresso Brasileiro” (GRIN 2010, p. 124).

## **2.2. Lula: passos largos em favor das políticas afirmativas**

Segundo Campos, Daflon e Júnior (2012, p. 402), “o governo Lula foi o introdutor de mudanças mais substantivas na condução das políticas de cunho racial e, igualmente, na relação do Estado com o movimento negro”, onde verificou-se esforço na institucionalização nas ações afirmativas através de leis, decretos e programas, nos quais o movimento negro teve papel e influência fundamentais. Seu programa de governo, cujo nome era “Brasil sem racismo” já deixava clara a intenção de prioridade na causa racial. Já no começo de seu governo, observa-se grande foco na educação, através dos pré-vestibulares comunitários, como o Educafro.

A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2003 é um fato que será comentado isoladamente. No mesmo ano, a política nacional em relação



à educação sofre mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): a Lei Federal nº 10.639/03 “torna obrigatório, no currículo oficial da Rede de Ensino, o ensino de História e Cultura Afro-brasileiras” (SANTOS, 2005. p. 216-217). Em seguida ocorre a regulamentação desta ação, através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação. Verifica-se, desde então, a obrigatoriedade das instituições de ensino escolar à associação entre raça e cultura, por exemplo, na construção de uma mentalidade, já na infância, da compreensão da importância africana na construção da identidade brasileira. Já em 2004 cria-se a nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) que, sobre a questão racial- entre outras-, “objetiva elaborar e implementar políticas públicas educacionais em prol do acesso e da permanência de negros e negras na educação escolar em todos os níveis – de educação infantil e de ensino superior –”, além de dar atenção a jovens e adultos no sentido de considerar “as modalidades de educação, e a educação em áreas remanescentes de Quilombos[...]. Percebe-se portanto uma atenção no âmbito educacional com um viés de inclusão da cultura afro-brasileira, modificando o modo de entender a questão racial e identitária, além de prezar pela inclusão e permanência em instituições de ensino da população negra. Ainda sobre inclusão e educação, as áreas quilombolas (que vêm recebendo alguma atenção desde anos anteriores) não poderiam de fato ser esquecidas.

Sobre acesso às universidades particulares, foram criados o Programa Universidade para Todos (ProUni) em 2004, que “propôs o aproveitamento de cerca de 100 mil vagas ociosas nas universidades por estudantes de baixa renda” (CAMPOS, DAFLON e JÚNIOR, 2012, p. 404). São reservadas cotas para candidatos de pretos, pardos e indígenas de acordo com a proporção – indicada pelo Censo de 2010 – de cada estado; deficientes físicos; estudantes egressos do ensino médio na escola pública ou para bolsistas de redes particulares que comprovem renda per capita familiar inferior a três salários mínimos; estudantes egressos do ensino médio na escola pública. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), com origens em 1999 no governo FHC e ampliado – dando maior possibilidade de acesso em Lula – proporciona o financiamento dos estudos em até 100%, podendo até mesmo ser conjugado com o Prouni, segundo Campos, Daflon e Júnior (2012, p. 404), quando este não cobrir a mensalidade por completo. Sobre instituições públicas, o Programa Nacional de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), trabalha também na tentativa de promoção de igualdades e oportunidades, adotando uma série de medidas para melhor utilização das universidades, como, por exemplo, a utilização das

vagas ociosas. Salvas algumas ressalvas quanto à eficiência das legislações dos programas, estes demonstram ações afirmativas nos âmbitos público e privado.

### **2.2.1 A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a institucionalização das políticas afirmativas**

A institucionalização das políticas afirmativas no Brasil resulta, no dia 21 de março de 2003, na criação da então chamada Secretaria Especial de Políticas de Promoção Racial, através da Medida Provisória nº 111, meses depois, convertida na Lei 10.678 da Casa Civil da Presidência da República. No site<sup>4</sup> oficial da Secretaria constam compromissos, funções e dados relacionados às questões legais que ajudam a entender alguns aspectos básicos da Secretaria, divididos entre as seções denominadas “Institucional”, “Auditorias” e “Licitações e Contratos”.

Sendo assim, foram retiradas da sessão “Institucional” algumas áreas de competência da SEPPIR, tais como:

- I – Assessoramento direto e imediato ao Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial;
- II – Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- III - Articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismo nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial;
- IV – Formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial.
- V – Planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- VI – Promoção do acompanhamento da implementação da legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica.

Entre suas diversas ações, o já esperado Estatuto da Igualdade Racial pode ser citado como uma grande conquista da SEPPIR, uma vez sancionado pela Lei nº

---

4 Site oficial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/>

12.288/2010 que reconhece o Brasil “como um país multirracial e multiétnico no qual as pessoas de descendência africana estiveram sujeitas à discriminação racial” (CAMPOS, DAFLON e JÚNIOR 2012, p. 406). A Lei garante ainda ações afirmativas quanto à assistência racial nos âmbitos cultural, educacional, de saúde, esporte e lazer, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, além de garantir liberdade à prática de cultos religiosos de origem africana.

A Secretaria nasce, portanto, como uma legitimação dos protestos do Movimento Negro ao longo da história, numa tentativa de diminuir as desigualdades sociais através das políticas afirmativas no Brasil, reconhecendo a escravidão como um fenômeno divisor de águas e determinante para a atual situação em que se encontra a população brasileira e o racismo como um problema a ser diminuído e eliminado. A partir deste traçado inicial, temos a noção de que as medidas tomadas serão direcionadas à execução de tais competências, resguardadas por argumentos e dados numéricos que embasam as ações da Secretaria. Neste sentido, a produção de “Notícias e Imagens” e de “Publicações”, também seções do site, geram um arquivo linear e datado que trazem os discursos da Secretaria quanto à noticiabilidade de suas ações, além de construir um discurso próprio do órgão em questão, que neste trabalho pretende ser analisado, através da problemática “Como se caracteriza o conteúdo de notícias da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial em suas publicações?”.

### **2.3 Dilma e a presente legitimação das políticas afirmativas**

O atual governo, por se caracterizar recente, possui menos obras já escritas em relação às análises de suas medidas. Sendo assim, destacar-se-ão dois episódios ocorridos, e de importância determinante para a manutenção das ações afirmativas já instituídas no Brasil.

No governo que se inicia em janeiro de 2011, verifica-se continuidade das políticas afirmativas iniciadas em Lula. Em agosto de 2012 a Lei de número 12.711/2012 ou “Lei de Cotas” afirma agora a obrigatoriedade nas universidades federais em exercer políticas afirmativas raciais, instituindo a “reserva de 50% das vagas [...] com percentuais para negros e indígenas na proporção da população de cada estado” (CAMPOS, DAFLON e JÚNIOR, 2012, p. 407), onde às vésperas da sanção, 64% das universidades já utilizavam este recurso. Ainda segundo os autores, a lei é genérica quanto às possíveis interpretações, onde, por exemplo, a reserva é garantida, em detrimento da ocupação.

Já em julho de 2014 uma medida que ultrapassa as instituições de ensino e aborda o mercado de trabalho quanto às questões raciais é a recente Lei Ordinária 12990/2014,

que assim transformou o Projeto de Lei 6738/2013. Desta forma, são reservadas aos negros 20% das vagas oferecidas para cargos efetivos e empregos públicos, que utilizam concurso como ingresso.

Tais conquistas foram efetivadas através de muitos ecos e ruídos na opinião pública, posicionamentos contrários e a favor. O que se tem certeza sobre o futuro são os debates sobre a eficiência das medidas tomadas, seguidas de pesquisas quanto à questão identitária e racial brasileira, situações que, como visto, evoluíram significativamente mas precisam ser constantemente revistas e assistidas.

Atualmente a visão que se tem sobre a presidente e a Secretaria são de apoio e aprofundamento das políticas já firmadas por Lula, sob o argumento de que as políticas implantadas dão apoio à população tanto no quesito social quanto racial. A lógica presente é de continuidade, sempre rodeada por questionamentos quanto à eficiência desses feitos, enquanto a SEPPIR quanto órgão do governo se mantém sob diversos argumentos relacionados à história e formação social do Brasil.

### **3. A SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUAS “NOTÍCIAS E IMAGENS”**

Para que se entre na questão da análise das notícias e de suas categorias aqui criadas, é necessário que se discorra sobre alguns conceitos relacionados à produção de textos noticiosos e divulgação de informações. O termo “notícia” possui diversas visões e discussões sobre a exatidão de sua definição. De forma a trazer o apenas um conceito para que se compreenda este fenômeno, Jorge 2008 em sua obra recorre a Nilson Lage (1985) quanto à definição da notícia como “uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante”. (JORGE 2008, p. 26). A partir desta visão, verificamos a necessidade de algo que desperte curiosidade ou ainda interesse para que o acontecimento seja uma notícia, havendo a priorização deste ponto de maior destaque na narração.

De maneira a compreender o que faz determinado fato ser considerado uma notícia, existem os critérios que assim a definem, denominados critérios de noticiabilidade. Estes definem, por exemplo, no caso de um site institucional, o que será priorizado e divulgado por ele, quais os assuntos de interesse e demais questões que implicam fatores como o valor-notícia “que regem as pautas e o trabalho de apuração do repórter em campo” (JORGE 2008, p. 27)

Ainda se tratando de um site institucional – e aqui considerando que a Assessoria de Imprensa de um órgão é quem vai administrar a produção e divulgação destas notícias, deve-se compreendê-la como uma importante ferramenta no meio organizacional, segundo Margarida Kunsh. A Assessoria, ainda segundo a autora, é responsável pela mediação na relação entre o público e a e a vida pública da instituição, processo que demanda estratégias visando a eficácia. Neste caso, fica a cargo da Assessoria definir quais os assuntos serão tratados em suas publicações – a partir dos seus critérios de noticiabilidade, traçados através dos objetivos da instituição-. Deve-se considerar fatores como tempo e imprevisibilidade de acontecimentos na publicação das notícias também, que podem envolver restrições quanto à apuração do fato. Compreendidos alguns termos e conceitos, passemos aos Procedimentos Metodológicos envolvidos neste trabalho.

### **3.1 Procedimentos metodológicos**

Como procedimento metodológico, foi empregada a análise de conteúdo (AC), que se situa nos dias de hoje, segundo Bardin (2011), em constante evolução e aperfeiçoamento para lidar com os diversos discursos e produtos culturais contemporâneos. As análises podem ter vieses quantitativos ou qualitativos sobre os elementos analisados, dependendo do interesse do pesquisador, sendo a inferência um exemplo de método entendido como qualitativo e a tabulação de dados através de números, hoje facilitada pelos computadores, como quantitativa. É importante destacar, segundo Barros e Duarte (2009), o entendimento da mensagem como ocupação básica da AC.

A análise de conteúdo consiste num “conjunto de técnicas de análise de comunicações”, (Bardin 2011, p. 37 )caracterizando uma diversidade de procedimentos, dotados de flexibilidade em relação ao que será analisado, a fim de abranger o campo comunicacional como um todo. Trata-se de uma técnica importante no que diz respeito ao entendimento da mensagem, muitas vezes ultrapassando as palavras ditas e tentando contextualizar com o sentido e o momento.

O direcionamento metodológico seguido foi o de Lawrence Bardin (2011) e Jorge Duarte e Antônio Barros (2009), sendo que os dois últimos autores apresentam de maneira resumida os procedimentos propostos por Bardin. O trabalho em questão busca traçar um percurso próprio dentro das etapas descritas pelos autores, através dos passos de Pré-análise, que envolveu a familiarização com o *corpus* a quantificação e a percepção de algumas características iniciais; Análise, como a etapa que incluiu o processo de categorização. Aqui se deu a percepção dos temas principais, suas ocorrências, sua forma de apresentar as mensagens, para que se responda à questão “Como se caracteriza o conteúdo de notícias da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial em suas publicações?”

### **3.2 Pré-análise**

O tema da pesquisa seguiu o desejo da pesquisadora em compreender historicamente o negro na sociedade onde vivemos, as ações afirmativas – hoje em dia tão discutidas – através da voz de um órgão que fosse legítimo e que proporcionasse o

acompanhamento de fatos no presente, reunidos em arquivo. Sendo assim, a fase inicial da pesquisa foi analisar de maneira preliminar do site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para que se viabilizasse a ideia. Na página da internet estão dispostas abas ou seções que dividem o conteúdo, como “Ouvidoria”, “Ações afirmativas”, “Sobre a Secretaria”, “Notícias e Imagens”, “Publicações”, entre outros. De maneira a explorar o viés jornalístico, a sessão escolhida foi a de “Notícias e imagens”.

Para a seleção do *corpus* de trabalho foram selecionadas notícias já publicadas e que não tivessem algum compromisso com acontecimentos imediatos - que pudessem influenciar na análise das notícias - como as eleições presidenciais, por exemplo, que se deram no decorrer do processo de análise. O *corpus* é a “definição do conjunto de documentos a serem submetidos à análise” (BARROS E DUARTE 2009, p. 292). Desta forma, os meses destacados foram Julho, Agosto e Setembro, para que se identificassem características comuns entre elas e houvesse uma quantidade razoável de material para a realização de tal familiarização. As notícias relacionadas aos três meses totalizaram 52 publicações na sessão do site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial intitulada “Notícias e Imagens”. Deste total, a distribuição entre os meses foi de 15 publicações na citada sessão em Julho, 22 em Agosto e 15 em Setembro, não contando com uma periodicidade verificável, já que houve dias sem publicações e dias em que este número chegou até cinco.

Neste momento de pré-análise foi possível perceber que a abordagem de alguns temas eram recorrentes, através de palavras-chave que apareciam ao longo dos textos, por exemplo. Notou-se também a estruturação do texto como muito similar em todas as notícias em geral, quanto ao tamanho e à diagramação da página em que se encontram: são breves e têm no máximo 30 linhas escritas, (mínimo de 8 linhas e máximo de 29 linhas), as imagens relacionadas às notícias – quando presentes - ficam sempre ao lado superior direito do texto. O fato de terem um formato parecido pode ser atribuído ao fatores tempo de produção e divulgação da notícia. Algumas publicações possuem *suíte*, recurso utilizado para dar continuidade a um assunto que continua despertando interesse, através da sequência da apresentação dos dados subsequentes ao fato, segundo Erbolato (2008). Quanto à fonte, as notícias podem ser relacionadas à assessoria de comunicação da própria SEPPIR ou ainda aos órgãos do governo que se relacionam com o fato a ser noticiado. São instituições como a Fundação Cultural Palmares, Inbra ou Ministério da Cultura.

**Quadro1:** Relação das notícias em Julho

### **Data e título da notícia**

1. 04/07 – Concursos federais reservam vagas para negros
2. 10/07 – Lembrando Lélia Gonzalez
3. 14/07 – Inscrições abertas para consultoria em mapeamento de pesquisadores (as) em saúde da população negra
4. 14/07 – Municípios de Rio Branco e Caxias do Sul aderem ai Sinapir
5. 16/07 – Edital seleciona consultoria em ‘Políticas de saúde para quilombolas’
6. 16/07-Comunidade de Santa Rosa dos Pretos é reconhecida como remanescente de quilombo
7. 18/07 – Conselho da Igualdade Racial se reúne em Brasília
8. 23/07 – Congresso do CNAB presta homenagem ao autor do Hino à Negritude
9. 24/07- Pesquisadora astrônoma brasileira é premiada nos EUA
10. 25/07 – Salvador –BA sedia I Seminário para Preservação do Patrimônio Cultural Compartilhado Brasil-Nigéria
11. 25/07 – Nota de pesar pelo falecimento de Rilza Valentim
12. 25/07 – 25 de Julho é Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra
13. 29/07 – Audiência pública discutirá acesso da juventude negra à Justiça
14. 30/07 – ‘Feminismo e antirracismo’ são tema para artigos de revista científica
15. 31/07 – Mãe Stella de Oxóssi será a primeira autora homenageada do Festival Literário de Cachoeira

Total

15



## Quadro 2: Relação das notícias em Agosto

### Data e título da notícia

1. 04/08- Município de Condor-RS é responsabilizado por injúria racial
2. 05/08 – Ministério Público de Minas firma cooperação com foco no enfrentamento ao racismo
3. 06/08 – Representatividade da população negra é tema de debate em Brasília
4. 08/08 – Ministério da Cultura lança Edital Comunica Diversidade : Edição Juventude
5. 08/08 – IPHAN e SEPPIR realizam Oficina para Prêmio Patrimônio Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
6. 12/08 – Comitê das cotas nas universidades tem primeira reunião em Brasília
7. 13/08 – Aluno da UFMG é expulso por trote racista
8. 18/08 – Movimento Negro discute reorganização política em Congresso da entidade na Bahia
9. 19/08 – Revista Thoth compõe acervo digital do Senado
10. 19/08 – Morre Mercedes Baptista, primeira bailarina negra do Theatro Municipal do Rio
11. 19/08- Rio Branco/AC recebe ciclo de palestras sobre cultura afro-brasileira
12. 19/08- Seminário da Bahia debate atuação da mulher negra empreendedora
13. 19/08 – Ciclo de encontros debate espaços das comunidades tradicionais de matriz africana
14. 25/08 – Prêmio homenageia feministas históricas
15. 26/08- Inkra publica relatório de comunidade quilombola de Rio dos Macacos (BA)
16. 26/08- Editais contemplam a promoção da igualdade racial
17. 28/08- Bahia adere ao programa Brasil Quilombola
18. 28/08 – Inscrições abertas para o edital Novembro Negro
19. 28/08 – “Mulheres de Axé” tem versão em inglês e é lançado em Nova Iorque
20. 29/08 – Edital premiará ações de cultura cigana
21. 29/08- Seminário discute a construção do Museu Afro, em Brasília
22. 29/08- SEPPIR busca ação conjunta contra racismo no futebol

Total

22

### Quadro 3: Relação das notícias em Setembro

<b>Data e título da notícia</b>	
1.	02/09 – Conselho da Igualdade Racial seleciona organizações da sociedade civil para o biênio 2014/2016
2.	02/09 – Empreendedorismo Negro é tema de seminário da SEPPIR
3.	04/09- Grêmios são punidos por racismo de torcedores
4.	04/09- Pretos e pardos têm menos acesso a serviços bancários
5.	08/09 – Protocolo da SEPPIR é base para ação afirmativa do MP da Bahia
6.	08/09- Prorrogadas inscrições para entidades da sociedade civil integrem o Conselho da Igualdade Racial
7.	10/09 – Acesso da juventude negra à justiça é tema de debate no Conselho do Ministério Público
8.	10/09 – Edital apóia projetos de enfrentamento às desigualdades raciais nas escolas
9.	14/09 – Nota de falecimento – Fúlvio de Mott Rosenberg
10.	22/09- Resoluções da III Conapir poderão ser acompanhadas através de sistema
11.	26/09- Sistema de acompanhamento fortalecerá agenda da Igualdade Racial no PPA
12.	26/09- SEPPIR e CBF discutem combate ao racismo no futebol
13.	30/09 – Governo Federal avança em reconhecimento da Comunidade Kalunga (GO)
14.	30/09- Conselho do Ministério Público discute acesso à justiça para jovens negros
15.	30/09 – UNFPA e SEPPIR abrem vagas para consultoria em Saúde da População Negra
Total	15

### 3.3 Análise e Categorização

Com essa compilação de dados inicial, fez-se necessário agrupar as notícias, já que foi percebida uma divisão entre temas. Tal processo envolveu a leitura isolada das notícias, - não mais superficial - para que se compreendesse o que se desejava informar, qual era o foco dos textos em questão. Isso porque houve aqueles que citavam determinado evento ou fato histórico para contextualizar o assunto, e noticiar uma outra situação. Sendo assim, notou-se certa linearidade quanto aos temas tratados, que giram

em torno de informações sobre editais e inscrições em processos seletivos; congressos, seminários e eventos onde a pauta racial será abordada; notas de falecimento sobre alguma pessoa importante dentro da militância negra; decisões judiciais, elaborações de relatórios e resultados de eventos; a Secretaria como promotora ou desencadeadora de alguma ação a ser noticiada, aqui nomeados e abreviados respectivamente como “Editais e Inscrições” (EI), “Eventos relacionados à causa racial”(EV), “Falecimento de pessoas relacionadas ao Movimento Negro”(FA), “Resultados, decisões, dados de eventos e trabalhos”(RE) e “SEPPIR como desencadeadora de uma ação” (SE). Algumas palavras verificadas no corpo de texto das notícias eram indicativas para a classificação, sendo que de maneira geral as palavras “igualdade racial”, “raça”, “negro”, “Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”, “ministra”, “ações afirmativas”, “quilombos” eram recorrentes nas publicações.

Tratando-se de um órgão do governo especializado em promoção de políticas públicas com enfoque na população negra, a compreensão é de que não se pretenda, com as notícias publicadas, entrar no mérito de discussão sobre as iniciativas caracterizarem-se como certas ou erradas, justas ou injustas, questionamentos tão presentes na opinião pública.

### **3.3.1 Editais e Inscrições**

“Editais e Inscrições” (EI) categoriza as notícias relacionadas a editais de concursos e inscrições para participação em eventos, concorrer a prêmios, divulgação de palestras e seminários pagos e gratuitos. Na maioria das vezes, os eventos relacionados têm a ver com a causa racial, onde a SEPPIR possui envolvimento direto ou ainda algum órgão pertencente a ela, demonstrando um protagonismo da Secretaria, como “matriz” das ações. Quando relacionadas aos demais órgãos, os respectivos nomes aparecem nas notícias, como Sepromir ou a Seadpir, por exemplo. Dentro desse tema são encontrados também editais relacionados a demais ministérios, como o da cultura, onde a cultura negra pode ser situada, além de inscrição de artigos e trabalhos a serem publicados. Há destaque para a questão da reserva de vagas para negros em concursos públicos, uma vez entendido que é uma iniciativa recente (em vigor desde junho de 2014), no qual a SEPPIR teve envolvimento na conquista e agora noticia a oportunidades. As palavras mais encontradas aqui foram “editais”, “inscrições”, “vagas”, “candidatos” e “interessados”.

A sessão Institucional<sup>5</sup> contida no site norteia e muitas vezes justifica os critérios

---

5 Citada no capítulo 2, em A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a institucionalização das políticas afirmativas

de noticiabilidade da SEPPPIR, já que determina o campo de ação da Secretaria, compondo um arquivo de notícias que circundam dentro de suas competências pré-estabelecidas e ainda sobre acontecimentos que estejam ligados à população negra. Nesta categoria, por exemplo, podemos encontrar “Articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial” a título de exemplona notícia “Concursos federais reservam vagas para negros” em 04/07/14, na qual a Secretaria noticia alguns editais de empresas federais que já executam esta ação, fornecendo informações como valor e data das inscrições, site das instituições e quais são os cargos a que essas vagas se limitam. Neste caso, portanto, a SEPPPIR age como divulgadora destes editais, de forma que a notícia é estruturada, no primeiro parágrafo e no subtítulo com menções à Lei 12.990/2014, dando legitimidade à ação realizada pelas empresas contratantes. De maneira mais ampla, pode-se dar atenção ao fato da Secretaria ser um órgão que atuou na conquista desta regulamentação – processo que não é mencionado no corpo desta notícia-, tratando-se também de uma espécie de acompanhamento dado a uma nova realidade alcançada.

### **3.3.2 Eventos relacionados à causa racial**

Os “Eventos relacionados à causa racial” (EV) podem ser noticiados quanto à sua futura ou passada ocorrência, uma vez divulgados data e endereço dos eventos ou ainda relatados numa espécie de cobertura daqueles que já aconteceram. A diferença entre as notícias em “Editais e Inscrições” e aqui consiste no aprofundamento das informações verificadas no primeiro tema e à complexidade quanto à participação nos processos seletivos e demais eventos. Aqui geralmente as informações são mais rasas, devido à ausência destes processos ou pelas inscrições se darem de maneira mais simples. De maneira ilustrativa, a notícia “Congresso do CNAB presta homenagem ao autor do Hino à Negritude” em 23/07/14 informa local de ocorrência e programação do evento, mas inexistem, por exemplo, informações sobre o processo de inscrição, valor a ser pago para participar, etc. Interpreta-se, desta maneira, que estamos tratando de um convite aberto à população interessada, não havendo pré-requisitos como demandam os editais. As palavras de maior ocorrência foram “programação”, “congresso”, “seminário”, “debate”, “atividade”, “palestras”.

A realização de eventos geralmente conta com parcerias, que neste sentido são interpretadas como instituições que comungam da mesma opinião sobre o tema a ser tratado. Em “Ministério Público de Minas firma cooperação com foco no enfrentamento

ao racismo” (05/08) afirma o racismo como um fato inquestionável e que conta com outra instituição (que também comunga desta idéia) para o seu combate, o que também contribui para dar legitimidade à existência do racismo. Mais adiante, tem-se a informação de que o evento se trata de um acontecimento em relação a um acordo firmado entre três instituições: SEPPIR, Ipea e Ministério Público, mostrando que três instituições do governo compartilham do “Acordo de Cooperação Técnica 03/2014 – SEPPIR, MPMG e IPEA” e entendem que seja uma causa que requeira ajuda mútua.

O Acordoé também disponibilizado em forma de *hiperlink* para quem desejar acessar o documento e saber mais sobre as concepções dos órgãos envolvidos, neste assunto. No terceiro parágrafo da notícia, a informação da intenção abrangência do evento é dada através da informação de quem poderá participar, diferenciando-se assim do primeiro exemplo: “servidores (as) do Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego do Estado de Minas Gerais; gestores (as) e servidores (as) estaduais e municipais de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial de cidades mineiras com mais de 100 mil habitantes e da Grande Belo Horizonte; além de representantes de governo; da sociedade civil, e dos conselhos Estadual e Municipais de Promoção da Igualdade Racial”, dando a idéia de um grande evento, que conta com a presença de diversas pessoas, onde o racismo será discutido. Em contrapartida, a notícia não especifica quanto o processo de inscrição prévia e este fator não deixa claro qual será de fato o público a participar do evento, nem fornece informações sobre obrigatoriedade ou algum benefício atribuídos quanto à presença neste evento, deixando a imprecisão quanto aos adeptos ao assunto. Na última frase do texto fica claro que esta é uma etapa de um processo que tem por finalidade a implementação de Coordenadorias e Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial nos municípios de Minas Gerais com mais de 100 mil habitantes, ou seja, a parceria entre os órgãos visa feitos muito maiores quanto ao combate ao racismo no estado, fato este que poder ser associado à “Articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismo nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial”, parágrafo traçado pela própria SEPPIR.

### **3.3.3. Falecimento de pessoas relacionadas ao Movimento Negro**

“Falecimento de pessoas relacionadas ao Movimento Negro” (FA) são notas sobre a morte de algum atuante dentro do Movimento, além de alguns aniversários de morte serem noticiados, através de data emblemáticas, como 20 anos de falecimento, por

exemplo. São chamadas de nota por trazerem informações rasas sobre o acontecido, demandando poucas linhas.. As notas relacionadas a este tema geralmente contém informações de tom elogioso sobre a personalidade e relembram suas ações que ajudaram a promover a igualdade racial no país, além de informações sobre como data de nascimento, cidade de origem e informações sobre os pais.

Na nota “Morre Mercedes Baptista, primeira bailarina negra do Theatro Municipal do Rio” em 19/08/14 notamos reconhecimento à figura da bailarina logo no título, seguido por demais comentários feitos ao longo do texto como “uma das maiores representantes da cultura negra nos grandes palcos”. Em seguida são dadas informações sobre a morte de Mercedes, como o dia e a hora em que este fato foi comunicado oficialmente, além de divulgar o local do sepultamento.

De maneira geral, as pessoas cujas mortes são noticiadas tiveram alguma visibilidade, através de participação junto a sua profissão e a alguma instituição, como o Theatro Municipal, uma escola de samba, uma instituição de ensino. São pessoas que lidavam com público e que de alguma maneira são conhecidas no Brasil dentro da causa racial. As palavras a serem destacadas nesta categoria são “falecimento”, “participação”, “lamenta” e “morte”. A “Nota de falecimento – Fúlvia Mott Rosemberg” 14/09/14 trata de algo mais breve em relação ao primeiro exemplo. Indutivamente atribui-se este fato por Fúlvia não ser uma representante negra, mas sim uma estudiosa sobre “Educação para as Relações Raciais”. Desta forma, não existe uma trajetória de visibilidade atribuída a ela pela cor de sua pele, mas sim aos estudos desenvolvidos sobre o tema.

### **3.3.4 Resultados, decisões, dados de eventos e trabalhos**

“Resultados, decisões, dados de eventos e trabalhos (RE)” noticia decisões judiciais, relatórios confeccionados em seminários e congressos, resultados de premiações ou alguma ação ou posicionamento da Ministra da Igualdade Racial sobre assuntos dentro do campo de sua competência. De maneira geral, são acontecimentos que já passaram e que estão sendo noticiados quanto ao seu desfecho. Em “Grêmio é punido por racismo de torcedores”, de 04/09/14, informa-se sobre a decisão da Terceira Comissão Disciplinar do Superior Tribunal de Justiça Desportiva que se deu no dia anterior, 03/09 sobre uma partida de futebol que aconteceu em 28/08. Em “Bahia adere ao programa Brasil Quilombola” de 28/08/14 noticia-se sobre a adesão que ocorreu no início de agosto, durante o Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial.

Esta categoriapossui esta característica quanto às datas, pois depende do acontecimento dos fatos para que se noticie. Em “Comunidade de Santa Rosa dos Pretos é

reconhecida como remanescente de Quilombo” 16/07/14 o fato é apenas noticiado. Como de costume, a Secretaria se vale de órgãos do governo e a especificação da portaria estabelecida para dar legitimidade à decisão. Numa análise mais detalhada do site como um todo, percebe-se, portanto, que os Quilombos são uma das áreas de atenção da SEPPIR. Desta forma, pode-se inferir que seja uma situação onde haveria uma tendência a se falar bem da iniciativa ou ainda dar maior detalhamento da questão, mas a notícia em si possui seis linhas. As palavras em destaque nesta categoria são “processo”, “decisão” e “relatório”.

### **3.3.5 SEPPIR como desencadeadora de uma ação**

“SEPPIR como desencadeadora de uma ação” (SE) classifica as notícias que colocam a Secretaria como a protagonista de alguma tomada de decisão, como pronunciamentos, relatórios e dados vindos do órgão que servem de base ou impulso para algo concreto. Embora várias ações partam da Secretaria, muitas vezes as notícias dão enfoque ao desdobramento da ação, ou ainda a algum fato novo dentro dela, não dando destaque à Secretaria, mas sim ao que está acontecendo no presente e está sendo noticiado. A partir deste entendimento, foram aqui colocadas as publicações onde fica clara a ação da própria Secretaria.

Ainda sobre o caso de racismo acontecido no jogo do Grêmio, a notícia “SEPPIR busca ação conjunta contra racismo no futebol” em 29/08/14 fala sobre o contato feito entre a Ministra da Igualdade Racial Luiza Bairros e os dirigentes da CBF para discussão sobre a violência racial nos campos de futebol, provocando o que mais tarde resultaria na expulsão do time da Copa do Brasil, campeonato onde o vencedor garante uma vaga na Copa Libertadores da América. Percebe-se grau mais elevado de termos usuais e até ligados a fatores emocionais, inicialmente pelo subtítulo da matéria que define o estado da Ministra em relação às práticas racistas ocorridas um dia antes em partida entre Santos e Grêmio: “indignada”. Esta característica, encontrada especificamente neste texto, pode dever-se a fatores como um ato que estava muito recente ao acontecimento e ao relato e que, no calor do momento foi desta forma descrita ou ainda por ser uma ação vinda da própria Secretaria, permite um grau maior de “pessoalidade” sobre o assunto. Quatro foram as citações diretas das frases da Ministra Luiza Bairros e duas linhas foram dedicadas a explicar qual foi a ação desencadeada pela Secretaria: procurar os dirigentes

da CBF . Sendo assim, pode-se associar este acontecido à “Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância” proposta pela própria Secretaria em “Institucional”.

A referida missão da Secretaria também se encaixa na notícia “Protocolo da SEPPIRÉ base para ação afirmativa no MP da Bahia” em 08/09/14, onde a Secretaria auxiliou na formulação do documento-base para estipulação das políticas afirmativas em concursos públicos do Ministério Público da Bahia. Neste caso, a notícia já adianta data do primeiro concurso com cotas para negros e disponibiliza link para inscrições, mas entende-se que o destaque da publicação está na contribuição da Secretaria. Num total de 15 linhas, 4 são destinadas às informações específicas sobre o concurso. Nesta categoria em geral, a palavra “ação” apareceu repetidas vezes.

### 3.3.6 Quantificação, Quadros e Informações Finais

Segundo Barros e Duarte 2009 na interpretação de Krippendorff , três são as maneiras de estabelecer regras de enumeração nas pesquisas, sendo elas em relação à frequência, a atributos favoráveis e desfavoráveis em relação ao símbolo e pela intensidade ou força de uma crença em relação a associações de classificações sobre um símbolo. Sendo assim, a primeira regra de enumeração foi a escolhida na pesquisa em questão sobre os temas encontrados em cada mês: “a frequência com que aparece um símbolo, idéia ou tema tende a ser interpretada como medida de *importância, atenção ou ênfase.*” (BARROS E DUARTE *apud* KRIPPENDORFF 2009, p. 295) O mês de julho totalizou 15 notícias, onde as temáticas EI (6 notícias), EV (5 notícias), FA (2 notícias) e RE (2 notícias) foram detectadas. Sendo assim, SE não apareceu no mês de julho.

**Tabela4: Relação entre títulos e classificação quanto ao tema das notícias em Julho**

<b>Data e título da notícia</b>	<b>Classificação quanto ao tema</b>
1. 04/07 – Concursos federais reservam vagas para negros	EI
2. 10/07 – Lembrando Lélia Gonzalez	FA
3. 14/07 – Inscrições abertas para consultoria em mapeamento de pesquisadores (as) em saúde da população negra	EI



4. 14/07 – Municípios de Rio Branco e Caxias do Sul aderem ao Sinapir	EI
5. 16/07 – Edital seleciona consultoria em ‘Políticas de saúde para quilombolas’	EI
6. 16/07 – Comunidade de Santa Rosa dos Pretos é reconhecida como remanescente de quilombo	RE
7. 18/07 – Conselho da Igualdade Racial se reúne em Brasília	EI
8. 23/07 – Congresso do CNAB presta homenagem ao autor do Hino à Negritude	EV
9. 24/07- Pesquisadora astrônoma brasileira é premiada nos EUA	RE
10. 25/07 – Salvador –BA sedia I Seminário para Preservação do Patrimônio Cultural Compartilhado Brasil-Nigéria	EV
11. 25/07 – Nota de pesar pelo falecimento de Rilza Valentim	FA
12. 25/07 – 25 de Julho é Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra	EV
13. 29/07 – Audiência pública discutirá acesso da juventude negra à Justiça	EI
14. 30/07 – ‘Feminismo e antirracismo’ são tema para artigos de revista científica	EI
15. 31/07 – Mãe Stella de Oxóssi será a primeira autora homenageada do Festival Literário de Cachoeira	EV

Agosto foi o mês com maior número de publicações, totalizando 22 notícias. Aqui todas as categorias apareceram: EI (6 notícias), EV (5 notícias), FA (1), RE (9), SE (1), conforme a tabela:

**Tabela5: Relação entre títulos e classificação quanto ao tema das notícias em Agosto**

<b>Data e título da notícia</b>	<b>Classificação quanto ao tema</b>
1. 04/08- Município de Condor-RS é responsabilizado por injúria racial	RE
2. 05/08 – Ministério Público de Minas firma cooperação com foco no enfrentamento ao racismo	EV
3. 06/08 – Representatividade da população negra é tema de debate em Brasília	RE

4. 08/08 – Ministério da Cultura lança Edital Comunica Diversidade : Edição Juventude	EI
5. 08/08 – IPHAN e SEPPIR realizam Oficina para Prêmio Patrimônio Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana	EV
6. 12/08 – Comitê das cotas nas universidades tem primeira reunião em Brasília	RE
7. 13/08 – Aluno da UFMG é expulso por trote racista	RE
8. 18/08 – Movimento Negro discute reorganização política em Congresso da entidade na Bahia	RE
9. 19/08 – Revista Thoth compõe acervo digital do Senado	RE
10. 19/08 – Morre Mercedes Baptista, primeira bailarina negra do Theatro Municipal do Rio	FA
11. 19/08- Rio Branco/AC recebe ciclo de palestras sobre cultura afro-brasileira	EV
12. 19/08- Seminário da Bahia debate atuação da mulher negra empreendedora	EI
13. 19/08 – Ciclo de encontros debate espaços das comunidades tradicionais de matriz africana	EV
14. 25/08 – Prêmio homenageia feministas históricas	EI
15. 26/08- Inbra publica relatório de comunidade quilombola de Rio dos Macacos (BA)	RE
16. 26/08- Editais contemplam a promoção da igualdade racial	EI
17. 28/08- Bahia adere ao programa Brasil Quilombola	RE
18. 28/08 – Inscrições abertas para o edital Novembro Negro	EI
19. 28/08 – “Mulheres de Axé” tem versão em inglês e é lançado em Nova Iorque	EV
20. 29/08 – Edital premiará ações de cultura cigana	EI
21. 29/08- Seminário discute a construção do Museu Afro, em Brasília	RE
22. 29/08- SEPPIR busca ação conjunta contra racismo no futebol	SE

**Tabela6: Relação entre títulos e classificação quanto ao tema das notícias em Setembro**

<b>Data e título da notícia</b>	<b>Classificação quanto ao tema</b>
1. 02/09 – Conselho da Igualdade Racial seleciona organizações da sociedade civil para o biênio 2014/2016	EI
2. 02/09 – Empreendedorismo Negro é tema de seminário da SEPPIR	EV
3. 04/09- Grêmio é punido por racismo de torcedores	RE
4. 04/09- Pretos e pardos tem menos acesso a serviços bancários	RE
5. 08/09 – Protocolo da SEPPIR é base para ação afirmativa do MP da Bahia	SE
6. 08/09- Prorrogadas inscrições para entidades da sociedade civil integrarem o Conselho da Igualdade Racial	EI
7. 10/09 – Acesso da juventude negra à justiça é tema de debate no Conselho do Ministério Público	SE
8. 10/09 – Edital apóia projetos de enfrentamento às desigualdades raciais nas escolas	EI
9. 14/09 – Nota de falecimento – Fúlvia de Mott Rosenberg	FA
10. 22/09- Resoluções da III Conapir poderão ser acompanhadas através de sistema	SE
11. 26/09- Sistema de acompanhamento fortalecerá agenda da Igualdade Racial no PPA	RE
12. 26/09- SEPPIR e CBF discutem combate ao racismo no futebol	SE
13. 30/09 – Governo Federal avança em reconhecimento da Comunidade Kalunga (GO)	EV
14. 30/09- Conselho do Ministério Público discute acesso à justiça para jovens negros	RE
15. 30/09 – UNFPA e SEPPIR abrem vagas para consultoria em Saúde da População Negra	EI

### **3.3.7 Informações adicionais**

As notícias aqui escolhidas foram observadas como padrão dentro das categorias ou ainda como exceção ao que era observado. A maioria das notícias é assinada pela

própria Coordenação de Comunicação da SEPPIR, ou, em caso contrário, são assinadas pelo órgão envolvido na ação, como a Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura ou Incra, por exemplo.

Entende-se que o conteúdo analisado pode ser caracterizado como legitimador das funções da Secretaria, de forma que as notícias vão abordar a SEPPIR de maneira a justificar a sua existência como um órgão público. Sendo assim, não se visa discutir um fato, mas sim noticiá-lo em relação ao cenário de políticas públicas atual vivido no país. As parcerias e as instituições que apóiam o governo sustentam os fatos como reconhecidos não só pela Secretaria. Esta legitimidade é atribuída também à citação de leis e disponibilização das mesmas através de links.

As imagens, que também dão título à sessão, são um ponto de pouco destaque dentro das publicações, já que não estão presentes em todas as notícias e ainda podem não retratar o que de fato está sendo noticiado: em algumas situações trazem caráter apenas ilustrativo e não de informação complementar, como por exemplo, em notícias sobre as decisões judiciais, foi utilizada a imagem de um martelo de juiz, não trazendo imagens do evento judicial de fato.

De maneira geral, as notícias possuem poucas linhas e uma pequena imagem em relação ao fato. As informações são organizadas através de título, subtítulo, dois parágrafos pequenos e quando necessário um suíte é utilizado, não havendo maiores complexidades em sua estrutura. Conclui-se, desta forma, que a Secretaria dá um tratamento objetivo às suas publicações, evitando entrar em méritos de discussão de um assunto que, como já visto é bastante polêmico em nossa sociedade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitas ações ainda são esperadas em relação à conquista de fato da igualdade no Brasil. Considera-se um avanço a conquista da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade mas pode-se indagar sobre a criação dela há apenas onze anos, já que neste trabalho foi esboçado um breve histórico sobre a luta do negro.

A pauta racial nas ruas é debatida sempre através de desconhecimento sobre o assunto- como o histórico- ou ainda por linguajares repletos de expressões preconceituosas. Tratar deste assunto colaborou para a familiarização da autora com o tema, responder a perguntas íntimas sobre o assunto e compreender de que forma os governos vêm cuidando da situação do povo afro-brasileiro.

O tratamento da Secretaria em relação às notícias traz ao leitor leis e decretos para uma contextualização dentro da história do país e não sejam compreendidas como

sem fundamento. Em contrapartida compreende-se que um site institucional é desenvolvido para pessoas interessadas no tema, e que de alguma forma estejam inteiradas sobre os assuntos a serem trabalhados, justificando o limitado número de linhas nas notícias analisadas. De maneira geral as informações são dispostas de maneira organizada no site, não havendo problemas quanto à localização de termos ou dados complementares à pesquisa. Tratando-se ainda de um site institucional, entende-se certa previsibilidade em relação aos temas tratados. A classificação proposta pela autora da análise foi rapidamente traçada em relação ao *corpus*, pois tratavam-se de notícias parecidas umas com as outras, com abordagens de temas que se dão de maneiras semelhantes.

Como já dito em relação à contextualização, fez-se necessário ao longo do trabalho introduzir um viés histórico da situação do negro em geral, sobre as organizações e articulações do Movimento Negro, a influência européia no racismo até hoje arraigado na nossa sociedade, os avanços na compreensão da igualdade racial, sob a ótica de diversos autores, cada um à sua época.

O trabalho em questão servirá como um instrumento de conquista de um diploma e ainda como uma ampliação de visão sobre uma situação que merece atenção por ser tão presente em diversas situações: nas escolas, nos altos cargos, nos cargos subalternos, nos presídios, nas manchetes sobre crimes, nas manchetes sobre milionários, nas ruas, nos pontos de ônibus, nas relações amorosas, nas relações sociais como um todo.

## 5. ANEXOS



Figura 1: Imagem do site da SEPPIR com destaque para a sessão Notícias e Imagens

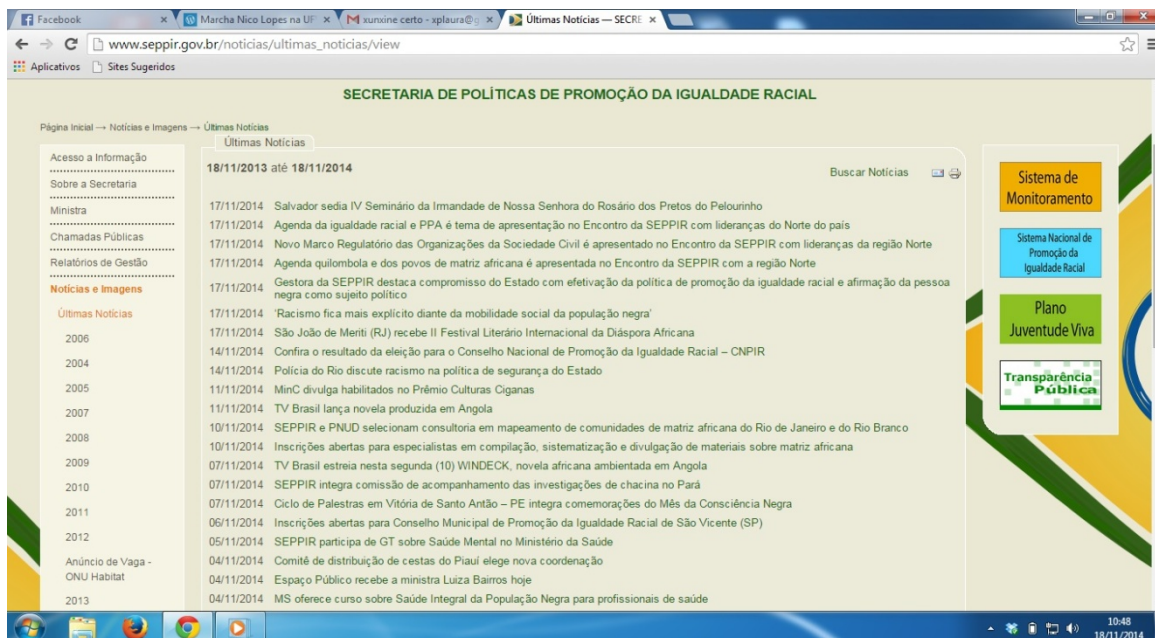


Figura 2: Arquivo de “Notícias e Imagens”

- BARDIN**, Laurence. *Análise de conteúdo*. Ed, Edições 70: São Paulo, 2011
- BARROS**, Antônio e **DUARTE** Jorge. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* 2ª edição. Ed. Atlas: São Paulo 2006
- BAUMAN**, Zygmund, 1925. *Vida Líquida*; tradução Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2007.
- CAMPOS**, Luiz Augusto, João **FERES** Jr. e Verônica Toste **DAFLON**. "O Globo e as cotas raciais: um panorama do debate na última década". *Paper* apresentado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Gramado, 1º a 4 de agosto de 2012.
- CASTELLS**, Manuel, 1942. *O poder de identidade*; tradução Klaus Brandini Gerhardt. (Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil) São Paulo: Paz e Terra, 1999
- DAMATTA**, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Ed. Rocco: Rio de Janeiro 1986.
- Dicionário Michaelis online, verbete *negro*. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index>. Acessado em 07/11/2014.
- ERBOLATO**, Mário L. *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2008.
- FELDMAN-BIANCO**, Bela; **CAPINHA**, Graça (Org.). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec, 2000. 175 p.
- FREYRE**, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* -18ª ed. rev.- Ed, Global: São Paulo. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1)
- FONSECA**, Dagoberto José. *Políticas públicas e ações afirmativas*. Selo Negro: São Paulo, 2009. (Consciência e debate/ coordenada por Vera Lúcia Benedito).
- FONSECA**, Maria Nazareth Soares (org) *Brasil afro-brasileiro*. 3ª edição – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- GUIMARÃES**, Antônio Sergio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. – São Paulo: Editora 34, 2012
- \_\_\_\_\_. *Racismo e anti-racismo no Brasil*/ Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. – São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - São Paulo: Ed 34, 1999
- GRIN**, Mônica. "Raça": *Debate Público no Brasil* (1997-2007) Ed. Mauad X/ FAPERJ: Rio de Janeiro, 2010.
- HALL**, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- KUNSCH**, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. 5ª ed. revista. São Paulo: Summus, 2003.

**MUNANGA**, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Autêntica: Belo Horizonte , 2004.

**MUNANGA**, Kabengele e **GOMES**, Nilma Lino. *O negro no país de hoje*. Nilma Lino Gomes – São Paulo: Global, 2006.

**SALES, Ronaldo Laurentino Júnior**. *Raça e Justiça: O mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça*. Ed. Massangana: Recife, 2009.

Site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br). Acessado em 02/10/2014.

**SODRÉ, Muniz**. *Claros e Escuros: identidade povo e mídia no Brasil*. Vozes: Petrópolis, 1999.

\_\_\_\_\_. *O terreiro e a cidade*. Vozes: Petrópolis, 1988